



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS ARAGUAÍNA - UFT
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

MARIA LUCILENE MOURA RODRIGUES

**GESTÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO
TURISMO**

ARAGUAÍNA-TO

2019

MARIA LUCILENE MOURA RODRIGUES

**GESTÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO
TURISMO**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Araguaína, no curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, para obtenção do título de Tecnólogo.

Orientador (a): MSc. Andressa Ferreira Ramalho Leite.

ARAGUAÍNA-TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R696g Rodrigues, Maria Lucilene Moura.
 Gestão Pública no Turismo: Uma Análise das Políticas Públicas
 no Brasil. / Maria Lucilene Moura Rodrigues. – Araguaína, TO, 2019.
 25 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Gestão de Turismo,
 2019.

 Orientadora : Andressa Ferreira Ramalho Leite

 1. Turismo. 2. Gestão. 3. Políticas . 4. Públicas. I. Título

CDD 338.47

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO
CAMPUS ARAGUAÍNA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora reuniram-se para realizar a arguição do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado pela acadêmica Maria Lucilene Moura Rodrigues intitulado "Gestão pública no turismo: uma análise das políticas públicas no Brasil", para obtenção de nota da disciplina de Elaboração de Projetos Turísticos, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, da Universidade Federal do Tocantins.

Após haver analisado o referido trabalho e arguido a acadêmica, são de parecer pela APROVAÇÃO do trabalho, com média final 8,5

Araguaína, 24 de junho de 2019.



Profa. Ma. Andressa Ferreira Ramalho Leite
(Orientadora e Presidente da Banca)



Profa. Ma. Stephanni Gabriella Silva Sudré



Prof. Dr. Rafael Frois da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me fortalecido e permitido alcançar esta etapa tão importante da minha vida.

As minhas três filhas Rafaela Moura da Silva, Raylene Moura da Silva e Anne Raytielle Moura da Silva, que sempre me ofereceram amor e compreensão deixo uma palavra e uma imensa de gratidão eterna, aos vinte e dois filhos agregados que fizeram parte do meu percurso eu agradeço de todo coração.

A minha querida amiga Maria Nilzete Gomes que sempre esteve do meu lado todas as vezes que precisei me ausentar do trabalho.

A minha Orientadora profa. Andressa Ferreira Ramalho pela suas orientações e paciência.

A todo corpo docente da Universidade Federal do Tocantins-UFT, por promover a realização do sonho de ter ensino superior.

A todos os funcionários da UFT, por através dos seus serviços permitir que fosse possível a realização das aulas, palestras e encontros.

A todos que direto e indiretamente contribuíram para a realização desse sonho.

A todos meu muito Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central de pesquisa analisar a Gestão Pública do Turismo e o seus principais direcionamentos. Os efeitos da atividade turística são sentidos, de fato, em níveis- nacionais e regionais. A importância de conhecer e entender como está o desenvolvimento do Turismo no viés da gestão pública é o norteador central dessa pesquisa, visto que o turismo é um respeitável fenômeno que traz numerosos benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais. É uma atividade em fida expansão no mundo todo, causadora de riqueza e distribuição de renda. No referencial teórico desse trabalho é feita uma revisão de conceitos sobre as políticas públicas de Turismo no Brasil, sobre o seu papel para o desenvolvimento local, evidenciando as aplicações das políticas para o setor turístico. Como metodologia da pesquisa, esse trabalho caracteriza-se como uma análise bibliográfica e documental, onde os principais aportes teóricos legais sobre a temática foram revisados. Relata-se nos resultados, o levantamento bibliográfico da gestão pública brasileira e sua análise.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Turismo. Plano Turístico, Araguaína

ABSTRACT

The present work has the main objective of research to analyze the Public Tourism Management and its main directions. The effects of tourism activity are felt, in fact, at national and regional levels. The importance of knowing and understanding how the development of Tourism is in the bias of public management is the central driver of this research, since tourism is a respectable phenomenon that brings numerous economic, social, cultural and environmental benefits. It is a worldwide activity of expansion, which causes wealth and income distribution. In the theoretical reference of this work, a review of concepts about the public policies of Tourism in Brazil, about its role for local development is made, evidencing the applications of policies for the tourism sector. As a research methodology, this work is characterized as a bibliographical and documentary analysis, where the main legal theoretical contributions on the subject were reviewed. The results, the bibliographic survey of the Brazilian public management and its analysis are reported.

Keywords: Public Policies, Tourism, Tourist Plan, Araguaína

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 TURISMO : CONCEITUAÇÕES	11
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
4 RESULTADOS	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

1 INTRODUÇÃO

O turismo ao longo dos anos tem se desenvolvido, por esse motivo tem sido evidenciado, principalmente por através deste realizar uma movimentação do mercado trabalhista a econômico, o que conseqüentemente tem refletido na geração de novos empregos e renda para a população local, causando assim o crescimento e expansão de algumas regiões brasileiras. Tornando-se um agente de transformações no âmbito social, político, econômico, ambiental e cultural, diante disto, em meio ao crescimento dessa atividade, surge a grande necessidade de implementar ações de planejamento turístico, de modo que haja o monitoramento da gestão e esta seja aplicada com respaldo nos princípios da eficiência. Os benefícios gerados pelo turismo podem ser otimizados, e promovem o desenvolvimento socioeconômico nacional e regional.

O turismo, à medida que desenvolve-se, traz boas expectativas ao mercado atual em diversos países do mundo, conforme informações levantadas pela Economic Forum (2016), que demonstram que nas últimas décadas o turismo tem gerado um grande número de empregos e desenvolvimento para várias regiões do mundo. É importante ressaltar que atualmente o Brasil se encontra em posição de destaque pelos recursos naturais e culturais que possui, no entanto, aspectos como falta de infraestrutura e segurança ainda prejudicam o seu desenvolvimento nesse setor, nesse sentido, a elaboração de políticas específicas é fundamental para sua consolidação.

O desenvolvimento turístico deve considerar diversos fatores, dentre eles o planejamento, a sustentabilidade, a integração e a atuação dos agentes que fazem parte de sua formação, a partir de então, evidencia-se a necessidade de envolver diretamente nesse processo, além das entidades privadas, do terceiro setor e da sociedade civil organizada, as instituições públicas que lidam diretamente com essa pasta, tida, muitas vezes, como prioridade em municípios que buscam alternativas de crescimento econômico.

Mediante, a expansão das atividades, os órgãos públicos têm enxergado nessa atividade uma oportunidade para a geração de fontes econômicas. Um entrave para o desenvolvimento da atividade tem sido a complexidade de realizar todas as ações para implementá-la.

Diante da necessidade de promover o crescimento do Turismo, houve a criação do Ministério do Turismo (MTUR) no ano de 2003 buscou, entre outras coisas, que trouxe entre outras premissas o direcionamento de estratégias, sendo uma destas, as políticas públicas de turismo no Brasil através de instrumentos como o Plano Nacional do Turismo (PNT).

Para que o turismo se tornasse uma atividade de inclusão social e proporcionasse o crescimento das demais cidades, era preciso implantar uma gestão capaz de promover esse desenvolvimento em todos os municípios que tivessem capacidade e potencial para o turismo (BRASIL, 2004).

Assim, uma abordagem acerca das políticas públicas não consiste apenas em realizar a apresentação de conceitos e definições, nem somente sobre as ações que são desenvolvidas pelos Governantes em razão ou benefício da sociedade, consiste principalmente na discussão de como tais ações são organizadas e aplicadas, com que propósito essas tem sido desenvolvidas e inseridas, além de analisar as táticas empregadas para criação dessas políticas.

As políticas públicas são instrumentos essenciais dentro de uma atividade, quando elaboradas e aplicadas de forma concisa, são capazes de promover o desenvolvimento social e econômico, não apenas das populações envolvidas, mas também da economia ao qual se propõem. São ações que dispor-se à progresso do bem estar social e, logo, devem ser organizadas induzindo em importância a participação da sociedade.

Nesse sentido, busca-se, nesse presente trabalho, expuser as políticas públicas de turismo vigorantes no Brasil, ressalta-se sua grande importância para a devida estruturação e o bom curso da atividade em todo âmbito nacional, sobressaindo ainda as estratégias implementadas para orientação e administração da atividade no país.

Os pressupostos metodológicos desse estudo trata-se de um trabalho de natureza descritiva, apresentado com a coleta de dados, na revisão literária e documental pertinente a essa temática. Sequencialmente se apresentam os resultados e discussão desse estudo. Mencionando, assim a grande relevância da atividade turística para o desenvolvimento do país e principalmente das regiões brasileiras.

2 TURISMO: CONCEITUAÇÕES

O turismo é o maior dos movimentos migratórios da história da humanidade e caracteriza-se por sua taxa de crescimento constante, segundo Ruschmann (1991). Este incremento responde a uma série de diversas e profundas necessidades do ser humano, sendo elas: de espaço, movimento, bem-estar, expansão e repouso, longe das tarefas impostas pelo trabalho cotidiano.

Essas necessidades humanas são destacadas na definição que Barreto (1995), dá ao turismo. O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Trigo (2001, p. 9), afirma que “o turismo se caracteriza por qualquer viagem temporária, com duração superior a 24 horas”. Em geral, não é considerado como turismo as viagens realizadas como estudo ou trabalho, caso das viagens profissionais de longa duração, as empreendidas por estudantes, diplomatas, militares, técnicos e religiosos.

Dessa forma, entende-se que o turismo trata-se de uma atividade que envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões, países ou continentes, visando à satisfação de necessidades. “Para o país receptor, o turismo é uma indústria, cujos produtos são consumidos no local, formando exportações invisíveis” (WAHAB,2001,P.28).

Ainda, o mesmo autor, o crescimento do turismo após a Segunda Guerra Mundial tem como causas a instituição geral de férias pagas aos trabalhadores, a elevação da renda, a valorização da mentalidade do direito ao lazer e ao turismo e à mudança dos hábitos de consumo nas sociedades. As pessoas conquistaram o direito ao tempo livre e as viagens tornaram-se um objeto de consumo do ser humano contemporâneo.

Visto que a atividade turística apresenta um importante viés econômico e social, o turismo é compreendido como uma atividade agregadora, que contempla a todos os envolvidos com algum ganho, um material ou imaterial. Arendit (2000, p.86), destaca-se a importância econômica da atividade turística:

O turismo é uma atividade econômica que se relaciona com outros setores da economia e que pertence ao setor de serviços. A indústria do turismo vem crescendo muito, em todo o mundo, contribuindo com o crescimento econômico-social das diversas regiões, ampliando o mercado de trabalho e gerando uma distribuição de renda mais justa.

O dinheiro gerado na atividade turística multiplica-se pela economia possibilitando: aumento da urbanização, incremento de indústrias ligadas à atividade turística (alimentos, transportes, etc.), geração de emprego no setor de serviços turísticos, aumento dos investimentos e conseqüente geração de emprego no setor da construção civil, aumento da demanda por produtos locais, incrementa a entrada de divisas no país receptor e permite aumentar a arrecadação de impostos e taxas.

O turismo é uma atividade que tem grande importância no desenvolvimento socioeconômico. É uma atividade que possui grande poder de redistribuição espacial de renda, pois os principais emissores de turistas são países ricos e os receptores nem sempre são países ricos. É uma atividade que é intensiva de mão-de-obra, contribuindo para o grande problema da sociedade moderna que é o desemprego.

O turismo é considerado, por alguns autores, como um grande sistema, assim como relata Beni (2006) , em sua análise do sistema turístico –Sistur. Um sistema é composto por um conjunto de elementos oriundos de diversos ambientes multissetoriais: econômico, social, jurídico, político, tecnológico, antropológico, ecológico,etc. que se agregam, interagem e complementam-se com a finalidade de gerar atividade turística. A OMT considera que o Sistema Turístico integra os seguintes componentes:

- ✓ **Espaço geográfico:** A base física, territorial, onde se estabelece o encontro a oferta e a demanda e onde se situam os atrativos: clima, paisagem, cultura da população residente, monumentos históricos, praias etc;
- ✓ **Oferta Turística:** O conjunto de produtos, serviços e organizações envolvidos efetivamente com a experiência turística;
- ✓ **Demanda Turística:** Os consumidores ou possível consumidores dos bens e serviços turísticos;

- ✓ **Operadores do Mercado:** As empresas e organizações cuja função principal é promover a relação entre a oferta e a demanda. Englobam: agências de viagens, operadoras, empresas de transporte e as instituições públicas ou privadas que tenham finalidade de ordenar e promover o turismo.

Dessa forma, por toda a sua abrangência, a gestão pública tem especial interesse na atividade turística, por todos os benefícios citados anteriormente, e elencados, incessantemente, nas repetitivas campanhas eleitorais, visto o apelo econômico e social do turismo. Na concepção de Ignarra (1999, p. 61), o turismo é :

Uma atividade que tem grande importância no desenvolvimento socioeconômico. É uma atividade que possui grande poder de redistribuição espacial de renda, pois os principais emissores de turistas são países ricos e os receptores nem sempre são países ricos. É uma atividade que é intensiva de mão-de-obra, contribuindo para o grande problema da sociedade moderna que é o desemprego.

O turismo também possibilita a conservação do meio natural, pois em muitas regiões é a única atividade econômica que pode aliar geração de renda e emprego e conservação do meio natural, ao contrário de outras atividades como a agropecuária, a mineração ou a indústria.

Além disso, o turismo proporciona o desenvolvimento cultural, já que o contato dos visitantes com os nativos de uma localidade contribui para o desenvolvimento cultural de ambos os grupos.

Wahab (1977, p. 17) define o turismo como:

Um fenômeno que acarreta a transferência de capital de um país para outro através do movimento de turistas que vão a um certo produto turístico e o consomem. O turismo, através dos seus aspectos de consumo e investimento, afeta diversos setores do sistema econômico de um determinado país, e acredita-se que seu efeito multiplicador seja mais alto do que o observado em outros setores da economia tais como a indústria, particularmente nos países em desenvolvimento onde ativa um número maior de ciclos produtivos.

Ainda não existe uma definição uniforme para o turismo e suas classificações. Busca-se ainda a implementação de uma metodologia rigorosa para levantamento dos impactos do turismo e para as definições do turismo, e para isto, existem as

organizações de turismo como a World Tourism Organization (WTO) ou Organização Mundial do Turismo (OMT).

A OMT é uma das grandes norteadoras do turismo mundial, responsável pelas diretrizes , questionamentos, agrupamentos políticos importantes para as tomadas de decisões internacionais , dentre outras. Segundo a OMT (apud LICKORISH E JENKINS, 2000), existem três formas de Turismo:

- ✓ **Turismo doméstico** envolve os residentes de um determinado país ou Região, que viajam apenas neste país ou região.
- ✓ **Turismo receptivo** envolve os não residentes que chegam para visitar um determinado país ou região.
- ✓ **Turismo exportativo** envolve os residentes que viajam para visitar outro país ou região.

O uso desse amplo conceito possibilita a identificação do turismo entre os países, bem como do turismo dentro de um país. O turismo se refere a todas as atividades de visitantes incluindo “turistas” (visitantes que passam a noite no local) e “visitantes de um dia” (OMT,2000).

Atualmente, existem várias definições para o turismo, sendo as definições da OMT as mais aceitas. Estas definições visam por um padrão para os estudos do turismo. Segundo Lickorish e Jenkins (1997), “o turismo atualmente encontra-se em franca ascensão, e a padronização das definições do turismo ajudarão num melhor planejamento e no estudo do mesmo”.

2.1 Planejamento e gestão pública no contexto do turismo

Apesar, entretanto, dos limites do planejamento governamental, Hall destaca que embora o planejamento não seja uma panaceia para todos os males, quando totalmente voltado para processos ele pode minimizar os impactos potencialmente negativos, maximizar os retornos econômicos nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo no longo prazo (HALL,2001,P.29).

A articulação entre o planejamento e o desenvolvimento turístico (ou do turismo) sustentável, tendo em vista satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas sem colocar em causa a continuidade dos recursos turísticos (desigualmente culturais e ecológicos), remete para a relevância do processo de planejamento (HALL,2001).

Dessa forma, o planejamento do turismo configura uma ferramenta estruturante da política de desenvolvimento sustentável e, por isso ocupa de destaque de concepção e implementação de estratégias de desenvolvimento. Como toda atividade socioeconômica, o turismo necessita de ações de planejamento que venham a direcionar e gerenciar o seu desenvolvimento, através do aproveitamento racional e sustentável das suas potencialidades, direcionando o desenvolvimento do turismo, de forma planejada e sustentável em uma dada localidade.

Diante disto, a atividade turística é capaz de contribuir não só para a proteção e valorização do patrimônio natural e cultural, mas principalmente para a melhoria da qualidade de vida de toda uma comunidade, transformando a realidade, direta ou indiretamente, de inúmeras famílias autóctones.

Assim, os destinos turísticos, poderão beneficiar, consideravelmente, somente se o turismo estiver baseado numa gestão pública responsável, participativa, cidadã e transparente, que busque o equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais de toda a sociedade envolvida.

Portanto, sem a premissa do planejamento e da sustentabilidade, a atividade turística torna-se, extremamente, vulnerável e suscetível aos problemas de degradação ambiental, massificação e fragmentação que, em última instância significam a sua autodestruição.

A gestão responsável deverá, também, reproduzir impactos positivos no que se refere ao turismo interno, propiciando o desenvolvimento da atividade no mercado doméstico, com benefícios por duas vias:

- ✓ Pela produção, com a criação de novos postos de trabalho, e conseqüentemente ampliação da renda;
- ✓ Pelo consumo, com a inclusão de novas parcelas de consumidores no mercado turístico.

O planejamento do turismo deverá seguir os princípios do Desenvolvimento Sustentável de forma a minimizar os impactos da atividade e proporcionar benefícios ao destino receptor e atendimento qualificado ao turista. O modelo de desenvolvimento sustentável para o turismo considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação do meio ambiente, a qualidade dos serviços e a capacidade de gestão local como condições fundamentais para a viabilidade da atividade turística em longo prazo (BENI,2006).

Nesta concepção holística da temática em análise, o desenvolvimento sustentável prima pela implementação de medidas com base nas diretrizes que estão dispostas no quadro 01, conforme segue abaixo:

Quadro 01- Princípios do desenvolvimento sustentável

PRINCIPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Desenvolve, sem deteriorar o patrimônio cultural, os recursos naturais e o meio ambiente;	Administra a utilização e a renovação simultâneas dos recursos;
Tem como base a responsabilidade social e preocupação com boa qualidade de vida da população;	Procura utilizar recursos que se renovem e se regenerem mais rapidamente
Respeita a cultura e organização da população;	Considera que é preciso satisfazer a necessidade do momento, sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras;

Fonte: Adaptado a partir de Beni (2006)

Segundo o plano nacional de turismo as diretrizes deve serem seguidas para o desenvolvimento do turismo sustentável. Uma vez, que diante das necessidades de se explorar os recursos naturais disponíveis através da atividade turística, também

surge a necessidade de conscientizar a todos os envolvidos de quais são as maneiras adequadas de desenvolver as atividades sem comprometimento do meio ambiente, ou seja, sem agressões a natureza (CARVALHO, 2012).

Pois, a atividade turística contribui positivamente para o desenvolvimento da região na qual encontra-se inserida, além de promover a expansão da economia local e dar base para a exploração de outros negócios, valorização cultural e oferecimento de subsídios para ascensão social.

Na concepção de Beni (2006) o desenvolvimento do turismo estruturado nos princípios do Desenvolvimento Sustentável, corrobora com diversos aspectos estruturais do Turismo, além de diversificar a economia, conforme se apresenta no quadro 02, que segue abaixo:

Quadro 02 – Aspectos do desenvolvimento sustentável

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
<ul style="list-style-type: none"> Melhoria de qualidade de vida da população 	<ul style="list-style-type: none"> Justa distribuição dos custos e benefícios;
<ul style="list-style-type: none"> Satisfação ao turista 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade ambiental para a comunidade e turistas;
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de renda tributária;
<ul style="list-style-type: none"> Intercâmbio cultural 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização do meio ambiente, patrimônio cultural e histórico;
<ul style="list-style-type: none"> Fixação do homem na terra de origem 	<ul style="list-style-type: none"> Retorno de investimentos em curto prazo;
<ul style="list-style-type: none"> Geração de recursos para investir em setores essenciais 	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição de renda de forma mais democrática e ágil;
<ul style="list-style-type: none"> Benefícios para micro e pequenas empresas e para grandes empreendimentos 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de empregos com resultados mais volumosos;
<ul style="list-style-type: none"> Geração de empregos diretos de alta qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da quantidade de serviços indiretos;

Fonte: Adaptado a partir de Beni (2006)

No quadro 02 temos alguns aspectos poderante que devem ser levados em consideração quando objetiva-se explorar a atividade turística. É necessário saber inicialmente quais serão os reflexos daquela atividade para uma região, ou seja, para os moradores daquela localidade. Sendo indispensável conhecer o posicionamento da população, apontamento dos riscos e benefícios, sabemos que a atividade turística traz consigo uma gama de benefícios, mais que essa depende muito da forma como está sendo desenvolvida a atividade. Diante, desse pressuposto, é preciso que seja levado em consideração os aspectos do desenvolvimento sustentável, a fim de os benefícios gerados sejam bem maiores que os impactos negativos trazidos com a exploração da atividade.

2.2 Turismo, paradigmas e políticas públicas

No contexto macro do turismo, o autor Burns (2002, p.43) ,ressalta a importância de recursos disponíveis para a realização das atividades turísticas:

O fenômeno do turismo ocorre apenas quando três elementos – lazer temporário + rendimentos disponíveis + ética da viagem – ocorrem simultaneamente. A aprovação da viagem dentro de uma cultura é o que converte o uso do tempo e recursos em mobilidade social espacial ou geográfica. Se a viagem não é vista como algo apropriado dentro de uma cultura, então o tempo e recursos podem ser canalizados para outros fins.

Para Trigo (2001, p. 11), “as viagens e o turismo são, ou deveriam ser um direito legítimo e acessível a todos”. As viagens, segundo o autor, não podem ser constituídas como um luxo destinado apenas aos mais ricos. Neste preâmbulo de desenvolvimento e planejamento turístico, surgem as políticas públicas do turismo. Assim, de um amplo universo de normas , merece destaque, inicialmente , o decreto Lei nº 2.294/86 (ainda no período do governo José Sarney), que, renunciando a onda neoliberal que se consolidaria nos anos 90, liberou a atividade turística no país, declarando livres “o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos (CRUZ,2005,p.32).

Outros direcionamentos legais relevantes que foram instituídos para se compreender os significados da recente história da gestão pública do turismo no país

são a Lei nº 8.181, de 28 Março de 1991 e o Decreto nº448, de 14 de Fevereiro de 1992, os quais regulamentam, e reorganizam a administração pública federal , adequando-a as novas demandas do setor turístico nacional, em constantes mudanças.

Contudo, em 1994, com o pungente crescimento do turismo massivo e internacionalizado, o governo lança a Portaria nº 130, de 30 de Março de 1994 do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). De acordo com Cruz (2005), esse programa segue o discurso do planejamento participativo e da gestão local do turismo, delegando aos municípios a “gestão miúda” da atividade turística, enquanto a tomada de decisões importantes segue em âmbito restritivo, fazendo com que esse plano permanecesse apenas de 1994 a 2002.

No que compete ao uso efetivo do território, merece destaque à lei que institui o Prodetur-NE, ou seja, a Portaria Conjunta nº 1 (SUDENE e EMBRATUR) , de 29 de Novembro de 1991. Como se sabe, o Prodetur –NE transformou, rapidamente, o litoral nordestino em um extenso “canteiro de obras”, como resposta às demandas de um almejado turismo massivo e internacionalizado (CRUZ,2005, p.34).

Outros documentos públicos com efetiva injunção sobre o reordenamento de territórios para o turismo são o PROECOTUR, inserido no Plano de Governo de Fernando Henrique Cardoso em seu mandato, intitulado “Brasil em Ação”, e o Plano Nacional de Turismo 2003-2007 (CRUZ, 2005, p.42).

Esses documentos prevêm intervenções espaciais significativas, sobretudo relacionadas à criação, ampliação e modernização de sistemas de engenharia voltadas à circulação e à desejada permanência de turistas nos lugares.

O plano Nacional de Turismo (PNT) apresenta versões mais recentes, sendo última lançada para o quadriênio 2018 -2022. Na concepção de Cruz(2005) , o plano em sua criação (2003- 2007) dá continuidade ao que o governo Collor de Melo iniciou e ao que o governo de Fernando Henrique Cardoso aprofundou, ou seja, à ação efetiva do Estado na criação de condições materiais (os sistemas de engenharia) e não (as normas) para o desenvolvimento da atividade turística no país , apresentando uma visão, extremamente, economicista do turismo, negligenciando mais uma vez , o território por esse ser utilizado, segundo a autora.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com análise dos direcionamentos elencados pela gestão pública e respectivas políticas públicas do Turismo.

A natureza do trabalho possui um caráter descritivo de análise qualitativa, conforme o Flick (2009), visto que tende a buscar, entender, descrever, e explicar os fenômenos sociais de métodos propostos.

A abordagem dessa pesquisa se apresenta com viés crítico, abarcando uma visão holística do objeto de estudo e sua análise. O universo do estudo foi composto ,pelos direcionamentos propostos pela gestão pública , as políticas públicas do turismo, e as leis sancionadas nas diversas instâncias , que orientam as ações de planejamento dessa atividade.

4 RESULTADOS

As políticas públicas elencadas nesta pesquisa, assim como o Plano Nacional de Turismo, em sua recente versão (PNT 2018-2022) adota diretrizes voltadas para o fortalecimento da regionalização, melhoria da qualidade de vida e competitividade do setor, passando pelo incentivo à inovação e promoção da sustentabilidade.

. A partir dessas diretrizes, foram traçadas cinco linhas de atuação que vão nortear a atuação sinérgica entre os entes públicos nas esferas federal, estadual e municipal para o alcance das metas propostas no Plano Nacional do Turismo (2018-2022). Sendo elas:

- ✓ Ordenamento, gestão e monitoramento;
- ✓ Estruturação do turismo brasileiro;
- ✓ Formalização e qualificação no turismo;
- ✓ Incentivo ao Turismo Responsável;
- ✓ Marketing e apoio à comercialização.

No contexto do PNT, também foram propostas, também, 17 iniciativas e 44 estratégias que poderão ser adotadas durante o quadriênio atual do plano, elencando programas e projetos, que abarcam as demandas nas esferas, estadual e municipal.

No quadro 3, se apresenta uma breve análise da pesquisa sobre as principais leis e diretrizes que orientam as políticas públicas no Brasil, sua orientação e aplicação, conforme segue abaixo:

Quadro 03 –Quadro de análise da pesquisa

POLÍTICA PÚBLICA	ORIENTAÇÃO	APLICAÇÃO Nacional/Regional	ANO
Decreto Lei Nº 2.294/86	Prenunciando a onda neoliberal que se consolidaria nos anos 90, liberou a atividade turística no país, declarando livres “ exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos	Âmbito nacional-Governo José Sarney	1986
Lei Nº 8.181 e Decreto nº 448	Leis que a regulamentam a administração pública federal, adequando-as novas demandas do setor turismo.	Em todo território nacional	1991-1992
Portaria Conjunta nº 1 (SUDENE E EMBRATUR)	Criação do PRODETUR-NE. Que visa atender às demandas de um almejado turismo e internacionalizado.		1991
Lei nº 8.313	Programa Nacional de Apoio à Cultura: Valorização dos recursos humanos , facilitando o livre acesso	Regionalização do turismo local	1991

	às fontes de cultura, desenvolvendo uma consciência de respeito à cultura de outros povos e nações, tomando como prioridade os produtos originalmente brasileiros.		
PNT (2003-2007)	Criação do Plano Nacional de Turismo	Desenvolvimento em todas unidades federativas do Brasil.	2003
Lei Geral do Turismo (11.771)	Lei Geral do Turismo. Responsabilidade de promover o turismo com sustentabilidade	Realizada em âmbito nacional, contudo ainda não é empregada de forma efetiva em fase regional e municípios brasileiros.	2008
PNT (2018-2022)	Programa Nacional do turismo, elaboração de diretrizes a serem implementadas para o país em quadriênio .	Diretrizes nacionais do turismo	2018-2022

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No **quadro 3** de análise se apresentam as principais leis que fundamentam a realização das práticas de exploração a atividade turística no Brasil em suas instâncias de governança. A análise se inicia com as leis que deram início a compreensão do ordenamento turístico brasileiro, servindo como base para as políticas públicas atuais, sendo elas: Decreto Lei nº 2.294/86, Lei nº 8.181, de 28 de Março de 1991-Decreto nº448, de 14 de Fevereiro de 1992,PNMT –Portaria nº130 de 1994, Portaria Conjunta nº 1 (SUDENE e EMBRATUR), de 29 de Novembro de 1991, criação do PRODETUR-NE.

Em 2003, no governo do Luís Inácio Lula da Silva, com a criação do ministério do Turismo (MTUR), o Plano Nacional de Turismo (PNT) foi instituído com o seu

primeiro quadriênio de atuação (2003-2007) , propondo direcionamentos essenciais à gestão turística do país.

O PNT (2018-2022) tem como principal finalidade apresentar normas e estratégias para que o turismo seja desenvolvido em todo o território nacional, ordenado suas ações, programas e projetos, elencados em uma proposta de planejamento estratégico e sustentável.

Nesta análise, se apresenta também o Programa de Apoio à cultura (Lei nº 8.313) o qual traz como premissa, prevenir que as atividades culturais regionais não sejam esquecidas com o advento das mudanças sociais ocorridas na sociedade moderna, valorizando assim, o patrimônio brasileiro, material e imaterial. A orientação de conservação do meio ambiente apresentada no plano trouxe também a necessidade de preservação dos recursos naturais, a partir da contemplação de práticas sustentáveis em todo o ordenamento público da gestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a análise realizada, o estudo foi capaz de favorecer a realidade atual acerca do desenvolvimento do turismo brasileiro. Demonstrando que as políticas públicas brasileiras revela que a gestão pública do turismo realiza, efetivamente, poucas ações que estão indicadas no planos, programas e projetos do governo, evidenciando assim, uma falha no planejamento estratégico e sustentável da gestão pública do Brasil.

Há inúmeros temas pouco detalhados no levantamento e elaboração das leis que regem as temáticas centrais do turismo, constatando a complexidade do tema, e evidenciando a importância nos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, que se constitui um instrumento complexo, mas de suma importância para a sustentabilidade da atividade turística, seu ordenamento e desenvolvimento adequados.

As políticas públicas de turismo ainda encontra-se em desenvolvimento, mediante sua grande complexidade, com a criação do Ministério próprio para a atividade turística somente em 2003, e os entraves que essa atividade tem que superar, dificultam o seu pleno desenvolvimento. No entanto, através da realização do Programa de Regionalização apoiado na gestão partilhada, participativa e descentralizada procura efetivar a valorização dos recursos e produtos turísticos e a crescente dos destinos aos turistas, além da probabilidade de

crescimento de cada município das regiões. Essa medida, tem sido de grande relevância pois deu um impulso para essas atividades, além de promover o desenvolvimento sociocultural da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDIT, Ednilson José. **Introdução à economia do turismo**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2000.

BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BURNS, Peter. **Turismo e antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos, 2002.

BRASIL. **Empresa Brasileira de Turismo**. Programa nacional de municipalização do turismo 1995-2002: Retratos de uma caminhada – estratégia e gestão. Brasília, 2002.

- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas Públicas de Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. - Brasília: DF, 2007.

- BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil: diretrizes políticas. Brasília: MTur, 2004. 32 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Organograma do Ministério do Turismo**. Brasília: DF, 2012. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/organograma/ Acesso em: 23 de Maio. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria 127, de 28 de Julho de 2011. **Dispõe sobre delegação de competência do Ministério do Turismo - MTur a órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, para cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos**. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jul. 2011, Seção 1, n. 144, p. 67.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo (PNT): diretrizes, metas e programas 2007 - 2010**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/index.html Acesso em: 23 de Maio. 2019.

CARVALHO, Alan Francisco. Políticas públicas em Turismo no Brasil. Sociedade e Cultura, Universidade Federal de Goiás, vol. 3, n. 1-2, p. 97-109, jan./dez. 2000. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=70312129006>>23 de Maio. 2019.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado**. Geosul, v.20, n.40, p.27-43, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da & SANSOLO. **Plano Nacional do Turismo: Análise crítica**. Rio de Janeiro, www.ivt-org.br, 2003.

DE OLIVEIRA, Tassiana Moura. A Lei do Turismo 11.771 de 17 de setembro de 2008: uma breve análise. Revista Turismo e análise, v.20, n.2, p.251-262, 2009

HALL, C. M. **Planejamento do Turismo: política, processos e relacionamentos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

IGNARRA, Luiz Renato et al. **Fundamentos do Turismo**. Pioneira, 1999.

JENKINS, Carson; LICKORISH, Leonard. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RUSCHMANN, Dóris Van. **Marketing turístico: um enfoque profissional**. Campinas: Papirus, 1991.

TOMELIN, Carlos Alberto. **Mercado de agências de viagens e turismo**. São Paulo: Aleph, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e civilizações: mergulhando nos berços da humanidade**. São Paulo: Contexto, 2001.

SACHS, I. **Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WAHAB, Salan-Eldin Abdel. **Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional, teoria e prática**. São Paulo: Pioneira, 1977.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The tourism and travel competitiveness report index**. Geneva, Switzerland, 2011.